



FACULDADE DE TECNOLOGIA, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO

Graduação

GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

A educação brasileira como fator de inclusão social

Aline Ramos Nascimento
Andreia Nascimento da Silva (Orientadora)

RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar os princípios da inclusão em seus aspectos legais e sociais, identificando suas fragilidades e potencialidades no âmbito do ensino regular. Entende-se por inclusão, que ela é obrigatória para todas as pessoas com algum grau de deficiência. Esta pesquisa trata-se de uma pesquisa explicativa que buscará por meio da pesquisa bibliográfica fazer uma análise qualitativa dos fatores responsáveis pela inclusão escolar. Ainda esse trabalho ampliará conhecimentos sobre o tema, com um olhar mais crítico e questionador sobre a inclusão, pelo fato de existir em lei, mas não ser totalmente aplicada. Especificando a área de pesquisa, seria a inclusão com o olhar da sociedade diante esse tema, sua temática abordada nos livros, sobre como as crianças inclusivas são vistas pelos demais, e suas necessidades enquanto inclusão.

Palavras-chave: Inclusão. Aspectos legais. Sociais. Escola.

ABSTRACT

The objective of the research is to analyze the principles of inclusion in its legal and social aspects, identifying its weaknesses and potentialities in the context of regular education. Inclusion is understood to mean that it is compulsory for all persons with some degree of disability. This research is an explanatory research that will search through the bibliographical research to make a qualitative analysis of the factors responsible for school inclusion. Yet this work will expand knowledge on the subject, with a more critical and incisive view on inclusion,

because it exists in law, but not fully applied. Specifying the research area would be inclusion with the society's perspective on this theme, its theme addressed in the books, about how inclusive children are seen by others, and their needs as inclusion.

Keywords: Inclusion. Legal aspects. Social. School.

Introdução

Este artigo tem por temática inclusão social, um olhar mais amplo e questionador sobre o tema.

A educação especial não era considerada necessária, principalmente para aqueles com deficiência cognitiva, ela se iniciou no **Brasil**, no momento do liberalismo e até hoje vem ocorrendo vários avanços e descaso pela sociedade. Com isso as primeiras classes de educação especial **ocorreram** no século XIX, em tratando dos direitos da criança, toda criança tem suas necessidades, habilidades, características e interesses que são únicos; portanto vários modelos educacionais de ensino **devem** ser aplicados e avaliados, tentando desfocar um pouco **a** ideia que a sociedade nos passa de ver a inclusão como **impedimento**, do que as potencialidades **individuais** de cada pessoa.

Com o olhar desumano que a sociedade passa para **a** inclusão, muitas das vezes afeta não só a família, mas a própria criança por estar cercada, **com** pessoas “populares”, e ao mesmo tempo sentir-se excluída dos demais. O direito da inclusão é adequar-se nas salas de aula regular de ensino, juntamente com os demais alunos, não criando salas separadas para crianças especiais; ainda é dever do professor de sala preparar atividades de acordo com suas necessidades. O ambiente escolar conta muito para tal desenvolvimento, espaços adequados para criança com deficiência, materiais apropriados para cada necessidade especial.

Diante esse tema, iremos discutir o panorama histórico da educação especial. A criança precisa sentir-se á vontade, com a perspectiva de estar recebendo atendimento especializado, mas não ser o fato de estar sendo tratada diferente, com olhar de desprezo da sociedade, em sua volta.

1 Panorama histórico da inclusão

A inclusão desde a antiguidade vem sofrendo grandes consequências, crianças com algum grau de dificuldade na época não tinha nenhum valor na sociedade; na Roma antiga os bebês do sexo feminino considerados com algum grau de deficiência, eram julgados pelo pai se iria continuar vivas ou morrer.

No Egito antigo, pessoas com algum grau de deficiência ocupavam seu lugar na sociedade e desenvolviam suas atividades juntamente com os demais. “Por outro lado, na antiguidade clássica, estas pessoas não recebiam qualquer tipo de atendimento, eram negligenciadas e condenadas ao abandono.” (GUGEL, 2010, p.15).

Na Grécia antiga, conforme relata Giles, citado por Emmel (2002), tinha o adulto saudável e forte, isso era visto em prol da defesa da pátria, atuação militar, ao êxito nos jogos, a boa prática das ciências (matemática, astrologia etc.)

Segundo Pessotti (1984), as crianças com algum grau de deficiência nascidas em Esparta eram mortas, ou abandonadas, antes mesmo das crianças irem para o lar familiar, elas passavam pela inspeção do Estado, para verificar se eram saudáveis e fortes. Após essa inspeção as crianças consideradas doentes, frágeis ou com algum grau de deficiência eram abandonadas até a morte.

Segundo Silva (2012) Já em Atenas só eram mantidas também crianças fortes e saudáveis, mas a decisão era tomada pelo pai, ao contrário de Esparta. Segundo Emmel (2002), o abandono de crianças com algum grau de deficiência se modificou, pelo fato da propagação da doutrina cristã, trazendo que o homem era uma criatura divina, e com isso todos deveriam ser aceitos na sociedade.

Na era cristã as crianças com algum grau de deficiência eram acolhidas em conventos ou igrejas, que em troca de pequenos serviços conseguiam sobreviver, mas estas mesmas eram culpadas pela própria deficiência, pois para os cristãos aquilo era um castigo, pelos pecados cometidos. Mas como pode uma criança já nascer com pecado?

Segundo Mendes (2006a p.387), a história da educação especial no mundo teve início no século XVI, com médicos e pedagogos que acreditaram no individual de cada pessoa com algum grau de deficiência, assim desenvolvendo trabalhos formais.

Em seu livro, segundo Pessotti (1984), John Locke contribuiu para o processo de ensino das pessoas com algum grau de deficiência, que deve basear em práticas pedagógicas, e ainda haver individualismo, e que os objetos concretos são de grande valia para as experiências e aprendizado do indivíduo.

No Brasil no final do século XVIII e início do século XIX começou surgir a educação para crianças com algum grau de deficiência que se dava em instituições (JANNUZZI, 2004).

1.1 Surgimento de locais para atendimento, ainda não direcionado a inclusão

Ainda na Idade média, foi fundado o primeiro hospital para pessoas cegas, fundado em Paris pelo Rei Luís IX, por volta de 1260, mas o motivo pelo fundamento foi para atender os soldados que ficaram cegos durante a sétima cruzada, Quinze-Vingts, nome dado ao hospital.

Na década de 1930 começa a ser organizada governamentalmente, visando criar instituições para pessoas com algum grau de deficiência, assim foi surgindo escolas anexas aos hospitais e ao ensino regular, mas as instituições filantrópicas continuavam sendo fundadas. É correto afirmar que a valorização da educação, era em função da situação econômica do país. A escola neste período tinha um compromisso educativo, mas este estava envolvido ao desenvolvimento econômico do país. A primeira Apae foi fundada em 1954, na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Mazzotta (2005, p. 47), a partir disso foi fundada várias instituições Apae, contendo mais de mil entidades associadas. Com isso foi surgindo os institutos para pessoas com algum grau de deficiência, que é conhecido até hoje pelos nomes dado na época.

O liberalismo foi a grande influência, pois defendia a liberdade de todos os indivíduos.

Segundo a autora (2004), assim como a instrução pública primária, a educação das pessoas com algum grau de deficiência não foi considerada importante. Por sua vez, o ensino superior progrediu com o apoio da corte, já que interessava a elite". Nesse período as pessoas com algum grau de deficiência realizava as tarefas juntamente aos demais, e somente aqueles com grau de

deficiência mais elevado eram colocadas em instituições. Então pode se dizer que não foi totalmente aceita as influências a educação para pessoas com algum grau de deficiência, ainda havia ocorrendo descaso.

Uma prévia na vertente psicopedagógica, mostra que os professores estavam enfrentando dificuldades para laudar os alunos, portanto professores e psicólogos passaram a observar o comportamento diário das crianças, e aquelas que conseguiam se adaptar, eram considerados normais.

No período de institucionalização as pessoas com algum grau de deficiência eram retiradas do lar familiar e levadas para instituições específicas para adequar suas necessidades, distantes das famílias.

É importante falar da questão da igualdade e diferenças nas instituições para as crianças, pois ninguém é igual a ninguém, cada um nasce de uma maneira e a criança precisa aprender isso desde o lar familiar, para quando chegar na escola não tratar os demais com diferença mas saber respeitar cada indivíduo. Para estabelecer uma igualdade nas escolas entre os alunos não é necessário que sejam todos iguais, pois tem o fato das desigualdades sociais e naturais.

Se a igualdade traz problemas, as diferenças podem trazer muito mais, a igualdade de oportunidades que tem sido a marca das políticas igualitárias e democráticas no âmbito educacional, também não consegue resolver o problema das diferenças nas escolas, pois elas escapam ao que essa proposta sugere, diante das desigualdades naturais e sociais. (MANTOAN, 2006, p. 18).

Vemos que a garantia de escolas para todos vem enfrentando muitas dificuldades, ainda mais educação de qualidade, pois muitas das vezes fica somente no papel, mas em prática não acontece como realmente deveria, a inclusão muitas das vezes destas crianças com algum grau de deficiência acaba excluindo elas mesmas, ao invés de incluir, nem sempre tem uma pessoa para auxiliar em sala junto com o educador e com uma sala numerosa e uma inclusão, o professor acaba deixando a desejar, pois essa criança precisa de total atenção, e os demais também.

Quando essa criança for realizar as atividades acaba não conseguindo se adequar igual as demais, ela sente-se que é diferente e que somente ela não consegue desenvolver, por mais que em sala é trabalhada a questão da

igualdade como já falamos anteriormente, mas as vezes essa criança não entende o motivo de estar sendo tratada diferente dos demais.

Lembrando que as crianças com deficiência, pode ser recebidas nas instituições públicas e privadas em todos os níveis de ensino da educação básica, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Uma parte importante também de relatar é o corporativismo das pessoas que atuam com as crianças com deficiência, tendo que atuar com pais ignorantes, com fragilidade diante do fenômeno da deficiência dos filhos, não é uma tarefa fácil, mas tem que ser visto todos os lados, do profissional e dos pais e até mesmo da criança, precisa entender-se que o principal a ser recompensado é a criança, e os pais juntamente com os profissionais devem se unir buscando o melhor sempre para o aluno, por mais que seja difícil, mas quem disse que seria uma tarefa fácil?

Claro ainda é importante ressaltar que ninguém é igual a ninguém, cada um nasce de uma maneira, pois se antigamente a inclusão era excluída, hoje ela é acolhida, muitas das vezes não como deveria, mas em lei é inclusa.

2 Aspectos legais

Conforme o decreto 5.296/2004, há uma regulamentação que estabelece as normas gerais e critérios da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências; no artigo 5 parágrafo 1, item 1 pessoas com deficiência física, auditiva, mental e visual tem total direito ao acesso á comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde, segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

No Item 2, pessoas com mobilidade reduzida são pessoas que precisa de algum atendimento especializado, mas são pessoas que ao longo do tempo teve precisão dessa ajuda, um exeplo: crianças com câncer, precisa de um acompanhamento individual.

Os pricipios norteadores da inclusão é proporcionar aos portadores de necessidades especiais os mesmos direitos e condições, além de oportunidades sociais, educacionais e profissionais, tanto quanto para qualquer outra pessoa.

O corpo escolar precisa estar em apoio com parcerias para um ensino de melhor qualidade, com vontade de mudanças para a humanização, mas a falta

de vontade está tomando conta de todos, tanto pais e profissionais da área, com isso deixando a criança de lado, um pouco abandonada, deixando a desejar; a LDB 96, deixa claro que essas crianças além de assegurar o acesso, precisa também a permanência e o prosseguimento nos estudos, claro com uma escola adaptada para atender essas crianças em busca de melhorias para seu melhor desenvolvimento.

Os processos de transformação da escola comum é lento, precisa mudar muita coisa, em ruptura com o modelo antigo de escola. Os professores em si querem escapar da inclusão por falar que não estão meramente preparados; mas como escapar, cada vez mais essas crianças precisam de apoio, mesmo que nos desmotive, precisamos sempre buscar melhorias para atender sua deficiência.

Para estabelecer uma igualdade entre alunos nas escolas, não é necessário ser todos iguais, mas sim aceitar as desigualdades naturais e sociais, e assim se adaptar. O que adianta, ter a inclusão? Se a criança acaba sentindo-se excluída? Não por causa dos alunos, mas as estruturas das escolas não se adequam as necessidades especiais, trazendo desconforto para as crianças, mas a culpa disso não se diz respeito a escola. A inclusão tem que existir sim, mas pensando não somente no intelecto da criança, mas sim no seu conforto.

Em análise a constituição federal de 1988, no artigo 205 da a educação direito de todos, e dever do Estado e da família, visando sua qualificação para o trabalho.

No artigo 206, § 1º trata da igualdade de condições de permanência na escola, portanto todos independente de algum grau de deficiência tem direito ao acesso a educação básica de qualidade.

No artigo 58 da LDB, “entende-se por educação especial, para efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º, haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.”

§ 2º, neste caso fala onde será feito os atendimentos aos alunos com algum grau de deficiência, portanto aqueles que não conseguem acompanhar o

método de sala de aula comum, tem direito a atendimentos especializado, em classes, escolas ou espaços especializados.

§ 3º, “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.”

Artigo 59 da LDB, Portanto os sistemas de ensino deverão assegurar a pessoas com algum grau de deficiência: Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, e organização específicos, para atender as suas necessidades.”

Ainda, na LDB, “terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

Os professores com formação médio e superior, responsável pelo atendimento à crianças com algum grau de deficiência, já os professores do ensino regular com capacitação para receber esses alunos em salas de aula comum.

“Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;”

O acesso a benefícios igualitários, de programas sociais respectivo no ensino regular.

No Artigo 60 da LDB, observa-se que os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabeleceram critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.”

Sendo assim ainda, o poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento dos alunos com necessidades especiais, na própria rede pública regular de ensino, mesmo recebendo apoio das instituições previstas neste artigo.

2.1 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O ministério da educação trata, para ajudar ampliar as necessidades das crianças inclusivas, seria atendimentos AEE (atendimento educacional

especializado) é um serviço especializado que identifica elabora e organiza recursos pedagógicos, em prol da participação das crianças com necessidades específicas.

Como já diz o artigo 208 § 3º, da constituição federal de 1988 entende-se por atendimentos AEE, que a criança com algum grau de deficiência tem direito ao acesso educacional especializado. Esses alunos vão nesses atendimentos em horários opostos do de aula, na verdade esses atendimentos não são trabalhados sozinho, anda junto com o desenvolver do professor de sala.

Na constituição federal de 1988, no artigo 208 a constituição determina que esse atendimento ocorra preferencialmente na rede regular de ensino; é importante esclarecer que:

- a) Esses atendimentos sejam diferenciados da educação de escola comum, claro visando a educação da criança, mas voltada para sua especialidade, complementando as educação escolar, estando presente em todos os níveis de ensino;
- a) É um direito do aluno com algum grau de deficiência frequentar esse atendimento especializado, precisa também ser aceito pelo próprio aluno ou responsável;
- b) Como já diz preferencialmente na rede regular de ensino, pode ser escolas comum ou de atendimento especializado, desde que seja autorizado pela lei, ainda ela afirma que esses atendimentos podem ser feitos fora da rede regular de ensino, pois se trata de um complemento, voltados para todos alunos;
- c) Esses atendimentos devem ser oferecidos em horário oposto das aulas comum, com outros conteúdos educacionais, objetivos e outras metas;
- d) O atendimento é em função a necessidade de cada indivíduo, por exemplo: alunos com deficiência auditiva seria o ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, para os alunos cegos o ensino do código Braille, de mobilidade e locomoção ou o uso de recursos de informática entre outros;
- e) A formação dos professores que atuam no atendimento educacional especializado, deve ser o básico em pedagogia e uma formação específica na área que pretende atender, ainda

esses professores não substituem a função dos professores de sala comum que tem alunos incluídos.

Uma ponto positivo e interessante desse trabalho AEE é que os conteúdos, materiais trabalhados são organizados pelo professor desse atendimento, não sobrecarregando o professor de sala. Em se tratando dos direitos da criança com algum grau de deficiência, tem direito a um acompanhante, auxiliando o professor em sala, mas o responsável pelo planejamento das atividades é o professor de sala, esse auxiliar apenas aplica as atividades. E por quê não preparar esses auxiliar, com meios que levem a se aprofundar do desenvolvimento das atividades, conteúdos, não sobrecarregando apenas o educador de sala, claro podendo trabalhar em conjunto, discutindo ideias.

Em análise, esses documentos, a respeito da inclusão, as instituições deveriam adotar novas estruturas, modos de serem trabalhados conteúdos relacionados a inclusão, como já foi citado anteriormente, a criança precisa sentir incluída, não excluída, não podendo participar de atividades por motivos de falta de estrutura ou falta de preparo no modo de aprendizagem.

O professor desses atendimentos utilizará recursos como, jogos, brincadeiras e livros de acordo com a necessidade de cada aluno; é importante ressaltar que há muitos recursos dentro dessas salas para todas as faixas etárias da educação básica.

Dentro dessa sala tem o atendimento multifuncional que são os vários recursos dentro da sala, além dos jogos, computadores, jogos pedagógicos.

Outro sim é que não pode-se confundir atendimento AEE com aulas de reforço ou atendimento clínico, pois os conteúdos não são curriculares, eles são dever do professor de sala comum, os professores de atendimentos AEE podem ser formados em cursos capacitando-os para esse trabalho ao aluno com algum grau de deficiência.

No ambiente escolar há metas tanto para o professor quanto para o aluno, um objetivo a ser seguido, cumprido no decorrer do ano letivo.

A escola tem o dever de ensinar, motivar os alunos a compartilhar o saber com os demais, trocar experiências de vida, o saber cultural e político. O

importante é que a escola comum tem o total dever de interagir o aluno aos conhecimentos culturais, políticos e científicos.

2.2 A escola especial

Todos têm por base que a escola de educação especial é o local onde crianças com deficiência frequentam, muitos apenas meio período, outras período integral, depende muito de cada grau da sua necessidade, quando meio período o outro período é em escola comum e outras vai em atendimentos semanais combinado.

O ministério da educação, em análise a crianças que não atingem as demandas da classe comum, precisa de atendimento educacional especializado, com materiais pedagógicos apropriados, sala com turmas menores além de outras necessidades que precisam de cuidados especiais mais centrado a criança.

Cabe a escola especial complementar a escola comum, pois não é uma tarefa fácil trabalhar a individualidade de cada aluno, ao mesmo tempo em coletividade.

A criança que apresenta algum grau de deficiência precisa frequentar pelo menos 6 meses a escola comum, pelo fato da adaptação e socialização, mesmo que não ocorra progresso em seu desenvolvimento, podendo depois voltar para a sala especial, com atendimentos voltados somente para sua necessidade.

3 Concepção dos educadores

Izabella Mendes em seu artigo, retrata a concepção dos professores e diretores a respeito da inclusão, a importância das diretrizes ofertadas as instituições e como a escola irá se portar perante ela. Os profissionais da área precisam estar aptos para atender as necessidades dos indivíduos seja ele com algum grau de deficiência, ou não.

Em estudo o caso, professores apontam que, para um bom desenvolvimento e seu desempenho em classes inclusivas precisa ser reavaliadas as práticas pedagógicas, os métodos com novos conceitos e estratégias; ainda materiais específicos para as necessidades de cada indivíduo,

novas formas de avaliação, o incentivo dos pais e comunidade junto com a educação para uma mudança na realidade social.

Vale ressaltar que algumas dessas sugestões já estavam presentes na literatura educacional, antes mesmo do surgimento das orientações inclusivas, mas foram redirecionadas com os princípios da inclusão.

Além da educação inclusiva deixar claro que precisa de um ensino adaptado suprimindo cada necessidade, os professores precisam estar dispostos e com habilidades coerentes, pois a inclusão tem encontrado muitos limites e desafios ao decorrer do tempo, a falta de preparo do educador, quanto as estruturas na qual o aluno está inserido, estas medidas que deveriam ser tomadas com urgência em consolidação do ensino, pode-se dizer que uma coisa leva a outra, a falta de preparo na capacitação dos educadores, capacitação nas universidades, até atingir o desenvolvimento do indivíduo com deficiência.

A preparação dos docentes está mais voltada para o currículo do que para as práticas pedagógicas. Importante lembrar que as capacitações dos docentes precisam ser avaliadas integradas e permanentes assim exigindo mais e transmitindo o melhor para os indivíduos, não voltadas para cursos eventuais.

É de grande valia a participação dos membros das unidades escolares em planejamentos e programas voltados para a temática da inclusão, e que todos contribuam de forma coletiva e sempre dando continuidade as metas alcançadas em prol de atender cada necessidade. Os programas e projetos voltados para a inclusão cabe aos diretores das instituições buscar meios para efetivação desses nas unidades escolares, além de desenvolver reuniões pedagógicas, estar disposto, trazendo para o âmbito escolar profissionais para dar suporte e apoio aos docentes da unidade, propiciar uma relação entre escola e comunidade.

Um gestor escolar além de ativo para atender as necessidades da unidade precisa dar suporte e atender a filosofia da escola, disponibilizando matérias de acordo com a necessidade de cada indivíduo.

Se cada instituição seguir essa postura, será de grande valia contribuir para atender as necessidades de cada indivíduo sem discriminação. Muito embora as práticas educacionais são burocráticas dificultando o acesso dos gestores, mas ele precisa agir de forma a exercer seus conhecimentos em prol de ações motivadoras com os participantes da educação.

Um porém para implementação da inclusão sem discriminação seria a estrutura do sistema educacional medidas serem tomadas para esse projeto acontecer de fato. Os professores alegam que o baixo salário, a falta de infraestrutura, falta de capacitação e materiais apropriados a cada necessidade dos indivíduos, acaba desfavorecendo a ideia de igualdade para todos.

3.1 Concepção da família

Para Mônica Pereira dos Santos a participação da família em conjunto com a educação é essencial, pois assegura os direitos e supre as necessidades do indivíduo no âmbito escolar.

O primeiro meio social que o indivíduo convive é o lar familiar, garantindo a afetividade, atenção e o carinho, assegurar o direito a escolarização, educar o indivíduo voltado para a cidadania.

Muitas das vezes a família não contribui para que o indivíduo tenha um bom desenvolvimento no ambiente escolar, apoiando a se desenvolver ricamente.

Para ajudar com que os pais participem da vida escolar do indivíduo, não só aqueles com algum grau de deficiência, mas todos, as instituições podem estar desenvolvendo estratégias para aproximação da família com a escola, ajudando a perceber a importância da participação destes no desenvolvimento do indivíduo.

Considerações Finais

Vale ressaltar que ao apresentar o panorama histórico da inclusão pode-se observar que ela não ocorre de fato, apesar dos seus aspectos legais ainda há muito o que ser feito, tanto para aqueles que precisam ser incluídos, quanto para os educadores, que precisam de suporte para atender as necessidades de cada indivíduo, por base as dificuldades presentes, enfrentadas no âmbito do ensino regular, para conseguir manter a inclusão, trazendo os alunos, país e comunidade mais próximo de uma inclusão de qualidade. Por mais que estamos falando que é importante, ainda falta para que seja totalmente inclusão.

Podemos analisar que foi trabalhado sempre na mesma tecla na qual o educando precisa sentir- se incluso, não excluído.

Portanto essa temática abrange um certo interesse ao leitor, o saber sobre a inclusão, o desejo de mudar, contribuindo para aqueles que tinham por base que a inclusão é linda como no papel, mas quando praticada deixa muito a desejar.

Referências

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AEE. **Vídeo do ministério da educação**, 2009.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AEE e SALA COMUM- **Trabalho colaborativo para a inclusão**, equipe Diversa, 2017.

EDUCAÇÃO Inclusiva: **Atendimento educacional especializado para a deficiência mental**, Ministério da educação, Brasília, DF: MEC/SEESP, 2006.

EMMEL. F. **O indivíduo com deficiência na antiguidade e na idade média**. In: SILVA, A. M. Da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Intersaberes. Curitiba, 2002. V.1 p. 141.

GURGEL, J. A. C. DO. A. **O indivíduo com deficiência na antiguidade e na idade média**. In: SILVA, A. M. DA. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Intersaberes. Curitiba, 2010. V.1. p. 15.

JANNUZZI, L. **O início da educação especial no Brasil**. In: SILVA, A. M. Da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Intersaberes. Curitiba. 2004. V1. p. 23.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos** São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN. M. T. E. **Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha**. In: MANTOAN. M. T. E. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. Summus editorial. São Paulo. Soraia Bini Cury. 2006. p. 18-21.

MAZZOTTA. J. M. Da. **A evolução da educação especial no mundo**. In: SILVA, A. M. Da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Intersaberes. Curitiba. 2005. V.1. p. 47.

MENDES, M. M. **A evolução da educação especial no mundo**. In: SILVA, A. M. Da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Intersaberes. Curitiba. 2006. V.1. p. 387

PESSOTTI, I. A evolução da educação especial no mundo. In: SILVA, A. M. Da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Intersaberes. Curitiba. 1984. V.1. p. 21.

PESSOTTI, I. O indivíduo com deficiência na antiguidade e na idade média. In: SILVA, A. M. Da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Intersaberes. Curitiba. 1984. V.1. p. 141.

SANT'ANA, M. I. **Educação inclusiva: Concepções de professores e diretores**, Maringá, 2005.

SANTOS, P. M. do. **A inclusão e as relações entre a família e a escola**, 1999.

SILVA, A. M. da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: 2012.